

***“Organiza o Sistema Municipal de Ensino de Constantina e dá outras providências.”***

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Constantina-RS, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

**TÍTULO I**

**DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 1º** - Fica organizado o Sistema Municipal de Ensino do município de Constantina, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Federal nº. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e artigos 132 e 136 da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 2º** - Esta Lei disciplina a organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de Constantina, tendo em vista a educação escolar que se desenvolve, predominante, por meio do ensino em instituições próprias do Município.

**TÍTULO II**

**DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO**

**Art. 3º** - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 4º** - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática de Ensino Público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

### **TÍTULO III**

#### **DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO**

#### **Capítulo I**

##### **Da Estrutura, Organização e Composição**

**Art. 5º** - O sistema Municipal de Ensino de Constantina compreende:

I- as instituições do ensino fundamental e da educação infantil mantidas pelo Poder Público Municipal;

II – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – a Secretaria Municipal de Educação;

IV – o Conselho Municipal de Educação;

V – o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF;

VI – o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

## **Capítulo II**

### **Da Secretaria Municipal de Educação**

**Art. 6º** - A Secretaria Municipal de Educação é o órgão da Administração municipal que, além das atribuições conferidas em legislação própria, possui as seguintes atribuições:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema Municipal de Ensino;

II – exercer a ação redistributiva em relação a suas escolas, considerando seus projetos pedagógicos, seus planos de atividades e seus regimentos;

III – supervisionar os estabelecimentos do seu Sistema de Ensino;

IV – oferecer a educação infantil e, com prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do Ensino;

V – velar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino;

VI – orientar e supervisionar as instituições privadas integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

VII – elaborar, executar e avaliar o Plano Municipal de Educação, a Lei de Diretrizes Orçamentais e o Orçamento Municipal da Educação;

VIII – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.

## **Capítulo III**

### **Do Conselho Municipal de Educação**

**Art. 7º** - O Conselho Municipal de Educação é o órgão normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador, na área da educação do Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 8º** - São competências do Conselho Municipal de Educação os definidos no Art. 10 da Lei Municipal nº. 2.223/2006.

## **Capítulo IV**

### **Da Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino**

**Art. 9º** - O sistema Municipal de Ensino assegurará às unidades escolares públicas de educação básica que o integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

**Art. 10** – Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diploma ou certificado de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

## **Capítulo V**

### **Dos Demais Conselhos**

**Art. 11** – O Conselho Municipal de Alimentação Escolar e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF têm o seu funcionamento regulamentado em legislação específica.

## **TÍTULO IV**

### **DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL**

**Art. 12** – A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal dar-se-á conforme os

seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares.

III - valorização dos profissionais do ensino garantindo, na forma da Lei, plano de carreira para magistério, com piso salarial profissional, e o ingresso no magistério público exclusivamente por concurso publico de provas e títulos e regime jurídico para todas as instituições mantidas pelo Município.

IV – gestão democrática do ensino público, com escolha do diretor feita pela comunidade escolar:

a) Os diretores das escolas municipais serão direta e uniformemente eleitos pela comunidade escolar na forma da lei,

b) As escolas municipais contarão com Conselhos Escolares.

## **TÍTULO V**

### **DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 13** – Integram o quadro de profissionais da educação do Sistema Municipal de Ensino de Constantina todos os membros do magistério que exercem atividades docentes ou dão suporte pedagógico ao Sistema e os que atuam na Secretaria Municipal de Educação, bem como os servidores da Rede Municipal de Ensino.

**Art. 14** – A formação exigida para os profissionais da educação será de acordo com a legislação vigente.

**Art. 15** – O Município promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho;

V – período reservado para estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga horária de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

## **TÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 16** – O Sistema Municipal de Ensino obedecerá às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, expressas na Lei Federal nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 e as Diretrizes Curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação.

**Art. 17** – A administração municipal deverá prover os profissionais necessários ao corpo técnico e administrativo de apoio ao Conselho Municipal de Educação.

**Parágrafo Único:** Enquanto não contar com o próprio corpo técnico e administrativo de apoio necessário ao atendimento de seus serviços, o Conselho Municipal de Educação contará com a estrutura administrativa do município.

**Art. 18** – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 19** – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 25 de agosto de 2006.

**Francisco Frizzo**  
Prefeito Municipal

**César Santos Giacomini**  
Sec. Mun. da Administração